

A ESCRITA DA HISTÓRIA DE ITABORAÍ: PARTICULARIDADES LOCAIS E AS PRINCIPAIS ABORDAGENS HISTORIOGRÁFICAS

THE WRITING OF THE HISTORY OF ITABORAÍ: LOCAL PARTICULARITIES AND THE MAIN HISTORIOGRAPHICAL APPROACHES

Gilciano Menezes Costa

 <https://orcid.org/0000-0002-6724-5622>

Correspondência: gilhist@gmail.com

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), Rio de Janeiro, Brasil.
Professor de História na rede pública estadual de ensino em Itaboraí (SEEDUC-RJ), Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2024.87289

Recebido em: 15 set. 2024 | **Aceito em:** 04 nov. 2024.

RESUMO

O presente estudo analisa as principais abordagens historiográficas sobre a História de Itaboraí, dando destaque aos temas locais de maior relevância para compreender os paradigmas historiográficos e as modificações analíticas sobre os mesmos. Mais do que apresentar as informações gerais da história desse município, buscou-se inseri-las em um âmbito analítico que explicita os diversos problemas e as contribuições dos principais trabalhos que estudaram a História da cidade. Com isso, o objetivo é contribuir para futuras pesquisas e para a intensificação de uma produção científica sobre a História Local, onde a metodologia, a comprovação de hipóteses, a análise comparativa das fontes primárias e o diálogo historiográfico passem a ser, cada vez mais, implementados e valorizados. Trata-se de um trabalho sobre a escrita da História de Itaboraí, com ênfase nas pesquisas que iniciaram ou romperam com os paradigmas historiográficos existentes na produção local.

Palavras-chave: Itaboraí; história local; historiografia.

ABSTRACT

The present study analyzes the main historiographical approaches to the History of Itaboraí, highlighting the most relevant local themes to understand their historiographical paradigms and analytical modifications. More than presenting general information about the history of this municipality, we sought to insert it into an analytical framework that explains the problems and contributions of the main works about the history of the city. In this way, the objective is to contribute to future research and for the intensification of scientific production on Local History, where methodology, proof of hypotheses, comparative analysis of primary sources and the historiographic dialogue begin to be more implemented and valued. This is a work on the writing of the History of Itaboraí, with an emphasis on research that initiated or broke with the historiographic paradigms existing in local production.

Keywords: Itaboraí; local history; historiography.



1 INTRODUÇÃO

A análise da escrita da História de Itaboraí tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento de pesquisas, na esfera local, baseadas em metodologias, comprovações de hipóteses, análises comparativas de fontes primárias e por diálogos historiográficos, na medida em que são apresentadas diversas abordagens com seus respectivos equívocos analíticos - caracterizados por uma historiografia tradicional positivista em que as generalizações e o determinismo dos fatos históricos eram predominantes -, assim como os estudos que romperam com essa historiografia e ampliaram e problematizaram os métodos de análise sobre a História da cidade.

Como será corriqueira a menção da História Local neste artigo, torna-se relevante mencionar que esta é interpretada neste trabalho como uma metodologia de estudo, baseada, segundo Erivaldo Fagundes Neves:

[...] numa proposta de investigação das atividades cotidianas de comunidades conectadas historicamente num território, conscientes do pertencimento a ele, integradas, portanto, em afinidades territoriais, consanguíneas, políticas, culturais e econômicas, com a identificação das suas interações internas e articulações exteriores [...] (Neves, 2008, p. 31).

Esta proposta de análise não buscou apresentar de forma genérica todas as pesquisas históricas desenvolvidas sobre Itaboraí, mas sim em priorizar os principais trabalhos que iniciaram a escrita da história da cidade e aqueles que inovaram e debateram com essa produção. As obras analisadas foram estudadas dentro do contexto de suas produções e os temas locais foram apresentados para além de fatos históricos, visto que foram utilizados como recursos comparativos entre as abordagens, explicitando por um lado as simplificações e generalizações e, por outro, as complexidades e problematizações.

Por fim, para além da contribuição acadêmica que o presente trabalho intenciona alcançar, busca-se desenvolver um estudo que possibilite ser utilizado como um recurso de pesquisa para desconstruir, na memória coletiva local, alguns dos principais equívocos existentes na História de Itaboraí.

2 JOAQUIM MANUEL DE MACEDO: ABORDAGENS INICIAIS DA HISTÓRIA DE ITABORAÍ

Os estudos locais do município de Itaboraí foram iniciados pelos trabalhos de Joaquim Manuel de Macedo. Situado na parte Leste do Recôncavo da Guanabara do Estado do Rio de Janeiro, Itaboraí, local onde Macedo nasceu no ano de 1820, tem sua formação territorial no desfecho das divisões político-administrativas ocorridas na Vila de Santo Antônio de Sá e na conseqüente incorporação da Vila Nova de São José Del Rei pela Vila de São João de Itaboraí, quando esta última foi criada em 1833 (Brasil, 1873, p. 28).

O escritor, além de ter sido romancista, jornalista e professor, também atuou profissionalmente como historiador, fazendo parte inclusive do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Foi a partir de sua primeira crônica, intitulada “São João de Itaboraí”, que as abordagens locais sobre essa região foram apresentadas em seus trabalhos. O texto foi publicado, em 1845, no *Ostensor Brasileiro*, sendo esse um jornal literário e pictorial impresso na cidade Rio de Janeiro (Macedo, 1845, p. 179-181) ¹.

Nesse escrito, Macedo, além de construir uma narrativa literária, apresentou informações da localização de Itaboraí: “a oito léguas de distância da Cidade de Niterói”; as principais edificações acompanhadas de alguns fatos históricos, como a menção à casa do “conselheiro José Bernardino Baptista Pereira, na qual foi outrora hospedado o Real avô de S. M. Imperial”; a produção agrícola principal: “vastos canaviais promissores de abundância e riqueza”; e questionou o interesse próprio como fator obstaculizador do progresso da vila: embora rico e saudável, Itaboraí “ou permanece estacionário, ou seu progresso é quase imperceptível: por que não progredi ele?” (Macedo, 1845, p. 179-181).

Macedo, nessa crônica, além de ter proporcionado contribuições escritas para o estudo da História Local de Itaboraí, publicou junto com seu texto uma litografia do local que se constituía, na época, o povoado itaboraiense. Chama atenção a maneira como ele publicou a imagem no texto, pois a inseriu de forma interligada com a sua descrição escrita do local: “formam a povoação cinco ruas e a praça em que existe o templo, e da qual a estampa, que acompanha este artigo, representa uma parte.” Há uma proposta em seu trabalho, já nesse período, em gerar conhecimento histórico através do uso da escrita associada à imagem como ferramenta explicativa sobre o local. A figura apresentada em

¹ Para saber mais sobre a atuação de Macedo como historiador ver: (Bosisio, 2007).

seguida representa um valioso registro iconográfico da sede da Vila de São João de Itaboraí no final da primeira metade do século XIX (Macedo, 1845, p. 180)².

Figura 1 - Sede da Vila de São João de Itaboraí (1845)



Fonte: Ostensor Brasileiro - Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional

Em outras de suas obras, Joaquim Manuel de Macedo realizou diversas menções sobre sua terra natal. No livro “O Forasteiro” ele inseriu sua narrativa literária na região de Itaboraí, realizando algumas menções de fatos históricos, como a origem da Igreja de São Batista e a sua mudança de orago (Macedo, 1855, p. 28). De forma semelhante, embora sejam narrativas diferentes, ele também ambientou em Itaboraí o seu romance “O Rio do Quarto”, narrando uma história que teria ocorrido, no final do século XVIII, na freguesia de São João de Itaboraí. Nesse trabalho ele enalteceu a vila e citou algumas de suas edificações como motivo de destaque da região. Mencionou também habitações particulares locais que teriam hospedado integrantes da família real em diferentes períodos (Macedo, 1869, p. 7-13).

² Litografia é uma técnica de gravura que envolve a criação de marcas (ou desenhos) sobre pedra calcária (matriz) com um lápis gorduroso. Essa litografia foi produzida pelo suíço Pedro Ludwig em sua oficina localizada no centro do Rio de Janeiro. Até o momento, não se sabe quem pintou a imagem, apenas quem a reproduziu em uma litografia. A pintura buscou registrar parte do cotidiano da sede política-administrativa da Vila de São João de Itaboraí. As principais construções na imagem eram a Câmara Municipal, à esquerda; o teatro, no meio e ao lado da entrada de uma rua; e a Igreja de São João Batista na parte direita da imagem. Pedro Ludwig era sócio de Frederico Guilherme Briggs quando a obra foi produzida. Outra oficina de litógrafos que também era requisitada, nesse período, pertencia aos sócios Heaton; Rensburg. A coexistência dessas oficinas e a pouca quantidade de obras sobre o tema contribuíram para que algumas leituras equivocadas ocorressem, dando os créditos da litografia de São João de Itaboraí a Heaton; Rensburg e não a Pedro Ludwig. Esse equívoco pode ser localizado no catálogo do acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Para saber mais ver: (Cunha, 2010).

Por fim, em sua obra intitulada “Ano biográfico brasileiro”, trabalho caracterizado principalmente por uma escrita de historiador, Macedo apresentou biografias de pessoas que ele considerava como personalidades de destaque da História do Brasil. Entre os nomes biografados, alguns eram itaboraienses, como o pintor José Leandro de Carvalho e o político conservador Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), entre outros. Na elaboração dessas biografias, menções de episódios históricos locais que envolviam esses personagens foram apresentadas (Macedo, 1876).

Os escritos de Macedo sobre a História Local de Itaboraí eram caracterizados pelo ufanismo - visto que buscava enaltecer informações da vila diante da província -, pelos feitos de personagens que possuíram projeção social e financeira em algum momento de suas vidas e pela descrição de datas de paróquias locais e de sua vila de origem, citada de forma aleatória em seus escritos literários e biográficos.

Relevante constatação fez Rui Aniceto Nascimento Fernandes sobre o discurso presente de Joaquim Manuel de Macedo no livro “O Rio do Quarto”. Fernandes observou que a escrita de Macedo contemplava “a relação que o homem deveria ter com suas pátrias”, pois para Macedo “a pequena pátria” (“berço pátrio”) estava associada a uma “escala ascendente que vai do lar doméstico à paróquia, da paróquia ao município, do município à província, da província ao império: ama-se o todo, porque se ama cada uma de suas partes.” Fernandes argumentou que a escrita da pequena pátria não se opõe a grande pátria e que tal narrativa mostra uma integração em processos maiores, demonstrando, dessa forma, como a contribuição local se destacava diante de algo maior (Fernandes, 2009, p. 28-29).

A relevância dessa constatação, para a presente pesquisa, está no fato de que as palavras escritas por Macedo, segundo Fernandes, ecoaram entre diversos pesquisadores que fizeram parte da historiografia fluminense produzida entre as décadas de 1930 e 1950. Entre eles, um nome é de considerável importância para a historiografia local de Itaboraí: José Mattoso Maia Forte.

3 JOSÉ MATTOSO MAIA FORTE: O INÍCIO DA PESQUISA DOCUMENTAL SOBRE ITABORAÍ E A ÊNFASE NA ABORDAGEM DA HISTÓRIA POLÍTICA-ADMINISTRATIVA

José Mattoso Maia Forte foi um escritor com atuação no jornalismo e na área de História. Seus trabalhos como historiador foram baseados em pesquisa documental. De

acordo com Fernandes, os marcos da História Pátria estiveram como pano de fundo para a construção de suas obras sobre a Histórica Local. Assim, as experiências históricas locais analisadas por ele foram apresentadas como parte integrante de processos mais amplos (Fernandes, 2009, p. 29).

Se insere nesta perspectiva teórica o seu artigo, intitulado “Vilas fluminenses desaparecidas”, publicado, em 1937, na Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Nesse trabalho, ele analisou a Vila de Santo Antonio de Sá - conhecida também como Vila de Macacu - e suas freguesias, realizando uma abordagem que seguiu a ordem cronológica do tempo de existência da vila, embora tenha dado mais destaque para a segunda metade do século XVIII e para a primeira metade do século XIX (Forte, 1937).

Entre as informações apresentadas sobre a vila, as que mais se sobressaíram foram as seguintes: o início do povoamento da região; sua criação e a solenidade desse ato, ocorrida em 6 de agosto de 1697; a sua produção agrícola; o histórico das construções de suas principais paróquias; a demografia existente nas freguesias; os principais portos fluviais; os fazendeiros que mais se destacaram; os impactos das “febres de Macacu”; menções de personagens que ele considerou como integrantes de “ilustres famílias fluminenses”; as repercussões na região da implementação da ferrovia; e as transformações administrativas e territoriais na vila.

Segundo Maia Forte, a Vila de Santo Antonio de Sá, em 1778, era composta por seis freguesias: Santo Antônio de Sá (sede da vila), Santíssima Trindade, Nossa Senhora da Ajuda de Sernambetiba (Guapimirim), Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito, São João Batista de Itaboraí e Nossa Senhora do Desterro de Itambi (Forte, 1937, p. 43). A vila, com suas seis freguesias, possuía uma dimensão territorial tão extensa, que ao ser desmembrada, no decorrer do século XIX, se dividiu nos atuais municípios de Guapimirim, Itaboraí, Tanguá, Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito.

Já a Vila de São João de Itaboraí foi criada, em 1833, com três freguesias: Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito, São João Batista de Itaboraí (sede da vila) e Nossa Senhora do Desterro de Itambi. Era nessa última freguesia onde se localizava o Aldeamento de São Barnabé e que, em 1772, foi elevado à vila com a denominação de Vila Nova de São José Del Rei. No ano de 1846, Rio Bonito se emancipou e em 1875, a Freguesia de Santo Antônio de Sá foi anexada à Vila de Itaboraí. Desse período até o ano de 1995, momento em que ocorreu a emancipação de Tanguá, essa configuração territorial praticamente se manteve (Costa, 2018). Cabe mencionar que Itaboraí herdou uma parte expressiva da Vila de Santo Antonio de Sá e logo boa parte de suas histórias.

Dessa forma, o trabalho de Maia Forte possui uma relevância considerável na construção da História Local de Itaboraí.

Foi a partir desse artigo que os estudos regionais de Itaboraí, baseados em uma pesquisa documental e realizado de forma sistematizada, se iniciaram. Com esses escritos, foi possível compreender, já em 1937, que Itaboraí foi, em 1778, a freguesia “mais importante” da Vila de Santo Antonio de Sá. Maia Forte citou que nesse período essa região “já prometia ser o que foi no século passado: um grande centro agrícola de parte da baixada fluminense”. Segundo ele, “além do açúcar e aguardente, havia abundância de mantimentos”, como farinha, feijão, milho e arroz, gerando dessa forma um crescimento de “importância econômica”, tornando Itaboraí “um primado político entre as freguesias dessa região da baixada” (Forte, 1937, p. 51).

Nesse estudo, o Porto das Caixas, localizado em Itaboraí, foi apresentado como sendo um dos principais entrepostos comerciais da região (já no final do século XVIII), sendo o local onde era embarcada a produção agrícola dos “termos de Macacu e das freguesias filiais”. Através da navegação fluvial no rio Aldeia, e no Macacu, essa produção era levada para os portos do Rio de Janeiro (Forte, 1937, p. 53)³.

A análise de José Mattoso Maia Forte sobre a Vila de Santo Antonio de Sá - embora ele tenha caracterizado essa região como uma das “Vilas fluminenses desaparecidas” - abordou muito mais o dinamismo e a grandeza da vila diante da Capitania do Rio de Janeiro (depois província) do que sua decadência e o seu consequente desaparecimento. Através de uma escrita que priorizou a análise de um História Política-Administrativa da região, ele apresentou informações dando um dimensionamento expressivo do que existiu na vila, por exemplo: “abrangia seu vasto território, de mais de 1.500 km² de superfície, uma vila, seis freguesias, com outras tantas igrejas matrizes e uma população de 17.329 habitantes, dos quais 8.371 livres e 8.958 escravos, e 2.085 fogos” (casas). Diante dessas informações, e somadas ao fato de a vila ser próxima à capital do país na época, Maia Forte afirmou que “notável, portanto, devia ser a sua importância na Capitania do Rio de Janeiro” (Forte, 1937, p. 53-54).

³ Porto das Caixas já era conhecido com essa nomenclatura em 1715. Seu povoamento remonta a segunda metade do século XVI e está associado à circulação de tropeiros que desciam as regiões serranas em busca do acesso ao rio Aldeia. A prática de empilhar, no porto, as caixas de madeiras que armazenavam os produtos agrícolas, sobretudo o açúcar, para serem levados para o Rio de Janeiro por pequenas embarcações a vela, como fáluas e saveiros, possivelmente deu a origem do nome Porto das Caixas. Em 1856, esse local se tornou o terceiro porto de maior importância de práticas comerciais e o segundo maior exportador de café da Província Fluminense. Para saber mais ver: (Costa, 2020).

Essa abordagem é resultado da própria perspectiva teórica utilizada pelo autor, a qual trabalhava a História Local como parte integrante de processos mais amplos, dando destaque para as contribuições locais diante de um todo no qual o local também fazia parte, ou seja, inserindo os estudos de Itaboraí, e regiões circunvizinhas, como parte integrante da construção da história do estado e até mesmo do país.

4 ALBERTO RIBEIRO LAMEGO E AS OBRAS DO IBGE: A PERSPECTIVA DA DECADÊNCIA ATRAVÉS DO “TRIPÉ” DAS FEBRES, DA FERROVIA E DA ABOLIÇÃO

Outro nome de importância na historiografia dos estudos locais de Itaboraí é Alberto Ribeiro Lamago. Conforme demonstrou Rui Fernandes, esse pesquisador, que era geólogo de formação, elaborou a história do estado do Rio de Janeiro “a partir das regiões geoeconômicas que o compõem, através de sua famosa tetralogia O homem e o Brejo, O homem e a serra, O homem e a restinga e O homem e a Guanabara.” Todas essas quatro obras foram publicadas, nas décadas de 1940 e 1950, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na época, segundo Fernandes, o IBGE investiu “na construção de monografias regionais que permitiriam o reconhecimento do território nacional, seguindo a influência da geografia francesa”. Assim, devido a esse contexto, “havia um movimento editorial em que a história fluminense possuía um lugar” (Fernandes, 2009, p. 26 e 202).

Dessa forma, a partir de uma interpretação geográfica da história, Lamago mencionou informações da História de Itaboraí em sua análise, inserindo o município numa abordagem generalizante do processo histórico de uma região maior, como a “Guanabara” (centro político e cultural fluminense) e a Serra (sociedade cafeeira). Assim, nessas obras, Lamago citou a área de estudo da presente pesquisa de forma objetiva e junto a várias outras localidades.

Para a Vila de Santo Antonio de Sá, ele afirmou que o início do povoamento na região teria ocorrido nas terras da sesmaria de Miguel de Moura, obtida em 1567, e que essa região foi “a primeira povoação do Recôncavo elevada a vila”, fato ocorrido em 1697. Esse pesquisador enfatizou que a vila possuía condições precárias para a permanência de seu povoamento, “devido aos intérminos alagadiços do rio Macacu”, e que por conta desse meio “palúdico” a existência da vila se abateu, em 1834, visto que ocorreu, segundo Lamago, “uma epidemia fulminante” que “despovoou” a região,

gerando anexações de seu território por outras vilas próximas (Lamego, 1964, p. 126 e 228).

Boa parte dessas informações já tinha sido apresentada por José Mattoso Maia Forte na década de 1930. Na análise de Lamego ficou mais em evidência o uso da generalização das febres, que ele chama de epidemias, como fator determinante para explicar a decadência da Vila de Santo Antonio de Sá. No estudo de Maia Forte, as “febres do Macacu”, embora também tenham sido apresentadas como causa da decadência dessa vila, não foram mencionadas de forma exclusiva⁴.

Contudo, ambos pesquisadores não consideraram as transformações político-administrativas da Província do Rio de Janeiro - realizadas nos anos iniciais da década de 1830 - como um dos principais motivos para compreender a fragmentação territorial dessa região e a elevação de algumas de suas freguesias em vila, ficando retidos aos fatos ocasionados na própria vila. Enquanto Maia Forte priorizou informações que demonstrassem a grandeza da Vila de Santo Antonio de Sá para evidenciar seu declínio, de forma descritiva e analítica, Lamego partiu de uma perspectiva que focou na decadência da região para apresentar os fatos locais, dando ênfase na descrição das informações apresentadas.

Outra localidade da História Local de Itaboraí que Lamego citou foi o Porto das Caixas. Sua abordagem novamente foi caracterizada por uma escrita que abordou, quase que exclusivamente, a temática da decadência na construção do estudo local. O pesquisador pontuou que o Porto das Caixas - que ele equivocadamente o denominou como vila, visto que essa localidade era uma freguesia da Vila de Itaboraí - foi um dos principais “embarcadouros do Recôncavo da Guanabara” e que sua decadência ocorreu devido à implementação da Estrada de Ferro de Cantagalo pois, ao ocorrer a substituição do transporte fluvial pelo ferroviário, o Porto das Caixas perdera sua condição de entreposto comercial (Lamego, 1963, p. 79).

⁴ Febres de Macacu é um termo utilizado para designar algumas febres endêmicas, como malária e cólera, que se desenvolveram na primeira metade do século XIX, sobretudo a partir de 1829, nas proximidades do rio Macacu. Além das febres, José Mattoso Maia Forte mencionou também a ferrovia como um dos fatores do declínio da Vila de Santo Antonio de Sá, mas não de Itaboraí. Segundo ele, “O Município de Santo Antônio de Sá ia perder com isso uma boa parte da sua importância comercial, desde que se inaugurasse o tráfego ferroviário entre Porto das Caixas e Cachoeiras, o que ocorreu em [...] abril de 1860. As “tropas”, vindas da serra, já não tinham necessidade de passar além de Cachoeiras, através de rios obstruídos e estradas alagadiças, cheias de atoleiros. Ficavam ali e baldeavam as mercadorias para os vagões que os traziam até Porto das Caixas, de onde desciam pelo rio d’Aldeia para o Macacu. Ganhava, com isso, de importância, o município de Itaboraí, ao qual já pertencia o que foi um próspero entreposto comercial da época, Porto das Caixas” (Forte, 1937, p. 59).

Lamego apresentou o fato final sem qualquer menção das etapas da modificação do sistema de transporte na região, sem realizar, dessa forma, uma análise processual do contexto histórico local. Tal abordagem gerou uma interpretação de que a decadência do Porto foi o único e imediato resultado da implementação da ferrovia na região. O uso de fotografias de edificações em ruínas do local (como a imagem seguinte) foi utilizada em seus escritos para endossar suas observações, embora o fato histórico apresentado e a fotografia utilizada para endossar a perspectiva da decadência sejam de períodos diferentes.

Figura 2 - Ruínas no Porto das Caixas (década de 1940)



Fonte: (Lamego, 1964, p. 215).

Assim, ele deixou de observar que inicialmente, quando o Porto das Caixas se tornou o ponto de partida da ferrovia, os comerciantes e moradores locais se beneficiaram dessa modificação nos transportes, ainda que tenha sido por poucos anos. A força política dos Rodrigues Torres, família do Visconde de Itaboraí que residia nessa localidade, e os interesses econômicos locais do período não foram considerados. Portanto, há uma simplificação desse processo histórico na escrita desse pesquisador.

De forma ainda mais objetiva, Lamego citou a construção do primeiro templo da Igreja de São João Batista de Itaboraí, em 1627, como resultante do povoamento inicial na localidade; a edificação do Convento de São Boaventura nas proximidades do Macacu, realizada inicialmente pelos franciscanos em 1649; e, por fim, mencionou que Itaboraí foi uma das principais regiões que incorporaram territórios da Vila de Santo Antonio de Sá (Lamego, 1964, p. 197 e 229).

Outra abordagem presente no trabalho de Lamego, que vai ao encontro da ideia de decadência citada em seus trabalhos, é a forma como ele apresenta as consequências da abolição. Embora a abolição tenha gerado transformações nas relações sociais, políticas e econômicas, isso não ocorreu na mesma proporção em todos os lugares, pois a dimensão dessas transformações variou conforme as especificidades sociais e econômicas de cada região⁵. Contudo, Lamego apresentou os impactos da abolição de forma quase semelhante para explicar o seu entendimento de decadência de diversas regiões que analisou, como pode ser observado nas seguintes frases: a “abolição derrocou Mangaratiba”; as “velhas zonas serranas [...] desmoronaram logo após abolição da escravatura”; em Vassouras, ocorreu um “descalabro econômico com a abolição”; São Fidélis teve “toda sua organização agrária subitamente derruída com a abolição” (Lamego, 1964, p. 253; Lamego, 1963, p. 241 e 271).

O uso dessa abordagem, utilizada de forma quase semelhante para várias regiões, influenciou a escrita de diversos estudos locais produzidos pelo IBGE nas décadas de 1950 e 1960. Entre essas pesquisas destacam-se “A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros” (Ferreira, 1959) e o “Anuário geográfico do Estado do Rio de Janeiro” (Anuário Geográfico..., 1964/1965). No caso de Itaboraí, o histórico da cidade apresentado na Enciclopédia foi reproduzido no Anuário. A perspectiva da decadência como resultante das febres, da implementação da ferrovia e da abolição esteve presente nesses trabalhos, como pode ser verificado na citação abaixo:

Com a inauguração da Estrada de Ferro Cantagalo, penetrando no sertão fluminense, o referido porto [Porto das Caixas] veio a perder a sua importância comercial, refletindo o seu abandono na economia de Itaboraí. Daí originou-se o seu declínio, apressado pelas consequências da promulgação da Lei Abolicionista de 1888. Talvez de todos os municípios do Estado, nenhum houve, como Itaboraí, uma decadência tão acentuada. [...] Atribui-se, também, o marasmo em que caiu o município às febres palustres, que irrompendo nas margens do rio Macacu, espalharam-se pelas regiões circunvizinhas (Ferreira, 1959, p. 259, grifo meu).

Dessa forma, foi a partir da escrita de Lamego, endossada nessas produções do IBGE, que a História de Itaboraí passou a ser escrita priorizando a ideia de decadência embasada pelo “tripé” das febres, da ferrovia e da abolição. Com o desenvolvimento da historiografia referente aos estudos locais, essas abordagens passaram a ser questionadas.

⁵ Para saber mais ver: (Mattos, 1995).

Assim, no caso do Estado do Rio de Janeiro, a escrita da História Local recebeu novas abordagens, devido, principalmente, a algumas obras produzidas, na década de 1970, pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense. Entre essas obras, destacam-se as dissertações de Mestrado de Vânia Leite Froes, sobre a extinta Vila de Estrela, e de Ana Maria dos Santos, referente à Vila de Itaboraí (Fróes, 1996).

5 ANA MARIA DOS SANTOS: A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE ITABORAÍ ATRAVÉS DA HISTÓRIA ECONÔMICA

Ana Maria dos Santos comprovou em sua dissertação, intitulada “Vida econômica de Itaboraí no século XIX”, que a ideia geral de decadência do Recôncavo da Guanabara durante o século XIX não se aplicava para Itaboraí, visto que a vila apresentou “situação mais privilegiada que o Recôncavo”, alcançando inclusive “algumas vezes até crescimento” em suas rendas nesse período. Para Santos, a abordagem de decadência do Recôncavo, elaborada principalmente por pesquisadores ligados à Geografia, não levava em conta as particularidades locais, ocasionando interpretações generalizantes. Segundo essa pesquisadora,

a generalização dos fatores de declínio não leva em conta que as especificidades locais, dentro de um quadro econômico baseado na escravidão e na exportação, podem oferecer diferenças que permitem reações particulares face a própria crise da economia escravista no século XIX e possibilidades específicas de reorientação econômica ou de mudança (Santos, 1975, p. VIII).

Ao realizar um estudo econômico a nível local, considerando as dinâmicas internas, a autora demonstrou que a hipertrofia do setor exportador não eliminou a diversificação da economia, na medida em que as principais atividades econômicas para exportação, como café e açúcar, apresentaram setores complementares e voltados para o mercado interno local e regional. Setores de subsistência se agregaram aos cultivos de exportação, impulsionando o intercâmbio interno e se constituindo em opção quando diminuía a rentabilidade do café ou da cana na região. Para Santos:

a produção para o mercado externo dera margem, em Itaboraí, a coexistência de dois setores exportadores paralelos (cana e café), a uma atividade industrial urbana e a uma produção para o mercado interno, que também eram condicionados, em seu desenvolvimento, pela

escravidão e pelos limites que esta impunha ao desenvolvimento do mercado interno. Esta diferenciação na economia municipal afetava o grau de dependência de Itaboraí e, portanto, conferia-lhe maior resistência aos fatores conjunturais que levavam a decadência algumas regiões do Recôncavo da Guanabara. Face a outros municípios da região, Itaboraí apresentaria maior estabilidade e até mesmo crescimento em suas rendas durante o século XIX (Santos, 1975, p. XIX).

Essa historiadora, ao assinalar a manutenção da produção canavieira que não foi deslocada pelo café, somada à existência de uma diversificação econômica interna, constatou que esses fatores tornaram Itaboraí menos especializado, logo, menos dependente e vulnerável e isso em um período no qual o Recôncavo da Guanabara conhecia um acentuado declínio e em que o café se transferia “serra acima”. Assim, Santos argumentou que diante da crise da economia escravista, era possível ao município procurar formas de “adaptação e de reorientação” econômica, “com base em uma diversificação de atividades produtivas” que desde a segunda metade do século XVIII se vinha observando. Dessa maneira, Santos mostrou que condições internas de Itaboraí “propiciaram resistência maior ao processo de declínio e que essas condições econômicas estariam ligadas a uma menor dependência da monocultura exportadora e a uma diversificação da produção” (Santos, 1975, p. X e 4).

Em relação às ferrovias, Ana Maria dos Santos argumentou que se por um lado a ferrovia eliminou a importância do Porto das Caixas, por outro gerou para Itaboraí o “papel de entroncamento ferroviário”, deixando a região “em contato mais rápido e direto com a capital da província e com o Rio de Janeiro”, ou seja, próximo a “um mercado que constantemente se ampliava.” Assim, “de escoadouro e comercializador da produção do interior para os mercados consumidores do litoral, a região de Itaboraí passou a ser ponto de estações ferroviárias.” Embora Santos tenha considerado que as atividades urbanas e comerciais pudessem diminuir, em função da proximidade com a capital da província e com a Corte, elas não foram encerradas ao ponto de decadência, visto que a facilidade de mobilidade da ferrovia dinamizou os mercados locais e regionais. Para ela,

a produção agrícola seria até estimulada pela maior facilidade de transporte e colocação em mercados regionais. A ferrovia, em lugar de decadência, levaria a uma reorientação dos centros econômicos dentro do próprio município. No final do século houve, inclusive, um aumento nas rendas municipais, em termos absolutos e relativamente ao percentual de participação na renda municipal total da província. Embora reduzidas, permaneciam as atividades com vistas ao abastecimento do mercado local, limitadas agora pela concorrência dos

grandes centros produtores ou distribuidores. Uma base interna pré-existente deu condições de resistência as crises provocadas por fatores externos ao município e poderia ser acentuada com o traçado ferroviário (Santos, 1975, p. 86).

Dessa maneira, Santos mostrou que o uso da perspectiva de decadência para compreender a História de Itaboraí, no século XIX, não se sustentava, visto que as fontes locais, sobretudo as rendas municipais, apresentaram um quadro econômico diferente de um contexto de crise. Portanto, essa perspectiva representa uma generalização equivocada e sem qualquer fundamentação nos registros históricos locais.

Embora o trabalho de Ana Maria dos Santos tenha sido publicado em 1975, diversos textos produzidos sobre a História Regional, desde a década de 1980 até os dias atuais, se basearam no conteúdo dos trabalhos anteriores a sua dissertação, o que fez manter a ideia de decadência viva na produção historiográfica local referente ao século XIX.

O próprio histórico publicado no site da Prefeitura apresenta, ainda em 2024, um conteúdo estruturado pela generalização que Santos questionou há décadas. Nota-se que esse erro é mais visível na maioria dos trabalhos produzidos por indivíduos, ou grupos, vinculados ao poder público municipal que, ao serem pressionados por uma lógica imediatista de produção - como forma de atender as celebrações realizadas na cidade -, acabam reproduzindo esses antigos equívocos em materiais impressos (folhetos, apostilas e livretos) e em espaços virtuais oficiais (sítios eletrônicos e redes sociais). A distribuição desse material, seja para a rede municipal de ensino ou para os próprios moradores interessados em aprender a História Local, disseminou a ideia de decadência de Itaboraí na memória coletiva local. Dessa maneira, o século XIX em Itaboraí ainda é apresentado por muitos através da perspectiva da crise econômica ocasionada pelo “tripé” das febres, ferrovia e da abolição⁶.

É relevante destacar que o livro de Osvaldo Luiz Ferreira, intitulado “Itaboraí ontem e hoje: síntese histórica”, fez menção à dissertação de Ana Maria dos Santos. No livro, publicado em 1992, embora seja uma obra de síntese com temáticas diversas e com uma perspectiva da História Total, Ferreira citou as características econômicas locais destacadas por Santos (diversificação das atividades produtivas e reorientação

⁶ Entre as diversas produções locais que reproduzem a ideia geral de decadência no século XIX para Itaboraí, destacam-se as seguintes: (Itaboraí 150 ANOS..., 1983); (Cadernos Itadados, 2006 e 2018); e o site oficial da Prefeitura, disponível em: <https://site.ib.itaborai.rj.gov.br/conheca-nossa-cidade/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

econômica). Com isso, seu trabalho representou durante anos uma das poucas exceções que não basearam a escrita da História Local no “tripé da decadência” para compreender o século XIX no município (Ferreira, 1992) ⁷.

O trabalho da pesquisadora Ana Maria dos Santos fez a crítica à ideia geral da decadência com ênfase na questão econômica, questionando as seguintes temáticas que eram utilizadas como causa para explicar a abordagem de crises na região: deslocamento da plantação da cana de açúcar pela do café (ela mostrou que tinha coexistência); a perda da função de intermediário entre a produção do interior e o porto do Rio de Janeiro, com a substituição do transporte fluvial pelo ferroviário; e, de forma objetiva, a falta de braços nas plantações.

6 O INÍCIO DA ANÁLISE DA HISTÓRIA SOCIAL ATRAVÉS DO ESTUDO SOBRE A ESCRAVIDÃO EM ITABORAÍ

Em 2013, a dissertação de mestrado do presente autor, intitulada “A escravidão em Itaboraí: uma vivência as margens do rio Macacu”, endossou a abordagem de Ana Maria dos Santos. A partir da constatação de Santos sobre a dimensão existente da diversificação das atividades produtivas na região, desenvolveu-se um estudo considerando que essa diversificação gerou espaços de trabalho para além da grande lavoura monocultora, situação acentuada pelo fato de Itaboraí ter sido uma área de passagem do Recôncavo da Guanabara, onde pessoas e mercadorias circularam cotidianamente (Costa, 2013).

Dessa forma, esse estudo buscou dar ênfase às áreas portuárias da vila (Porto de Vila Nova, Sampaio e Porto das Caixas), para compreender as diferentes relações de trabalho dos escravizados na região. Embora o destaque tenha sido os escravizados tropeiros e barqueiros, a pesquisa apresentou também, sobretudo no Porto das Caixas, escravizados que trabalharam como tanoeiros, serradores, padeiros, oleiros, entre outros. Nesses espaços a escravidão de aluguel coexistia com a escravidão de ganho, embora esta última tenha predominado. Desse modo, essa pesquisa inaugurou os estudos de História Social e da escravidão em Itaboraí.

⁷ Essa obra foi fundamental para inspirar o autor deste artigo a pesquisar a História de Itaboraí, visto que o saudoso professor Osvaldo Luiz desenvolveu atividades de História Local baseadas em seu livro. O contato do presente pesquisador com esse livro ocorreu na antiga sexta série na Escola Municipal Prof^o. Cecília Augusto dos Santos e demonstra o quanto a aplicação da História Local em uma rede de ensino contribui para a educação e a formação dos moradores de uma cidade.

Nesse trabalho, na parte em que foi analisado o desenvolvimento político territorial da Vila de Itaboraí, também foi realizado o questionamento à ideia da decadência no século XIX, tendo como diferencial a construção de uma abordagem que buscou demonstrar os equívocos do uso das “febres de Macacu” para explicar, de forma isolada, processos de crise na região.

Há duas abordagens equivocadas em torno das febres que foram evidenciadas nessa dissertação. A primeira, está em generalizar a sua propagação nas mesmas dimensões para explicar a fragmentação da Vila de Santo Antonio de Sá, desconsiderando que suas freguesias por possuírem diferenças de salubridade tiveram ocorrências com dimensões distintas. As localidades mais pantanosas e próximas aos rios foram atingidas com mais expressividade, enquanto as outras que não possuíam essas características naturais tinham melhores condições para evitar a propagação dessas doenças.

Essa abordagem praticamente ignora o fato de que a fragmentação territorial da Vila de Santo Antonio de Sá, entendida como parte de sua decadência, foi iniciada em um período anterior às febres e por motivos diferentes que independem da repercussão dessas enfermidades. Dessa maneira, analisando suas freguesias, constatou-se que em 1772, o Aldeamento de São Barnabé foi elevado à vila com a denominação de Vila Nova de São José Del Rei. Sua criação se insere no contexto das políticas assimilacionistas da coroa portuguesa, que intencionavam a conversão dos indígenas em agentes da colonização e sua integração na sociedade colonial. Na última década do século XVIII, a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi também foi anexada a essa vila. Em 1789, no contexto das reformulações das configurações político-territoriais do Recôncavo da Guanabara, Magé foi elevada a vila e a região de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim se tornou uma de suas freguesias.

Em relação à elevação da Freguesia de São João Batista de Itaboraí em vila, em 1833, vale ressaltar que embora isso tenha ocorrido no período ainda de incidência das febres, sua elevação está associada, sobretudo, ao contexto da economia e da política provincial fluminense que entrava em um período de rápida expansão, visto que nesse contexto, essas regiões do Recôncavo se tornaram uma importante área de ocupação agrícola, repercutindo na criação de vários novos municípios, incluindo Itaboraí.

Portanto, conforme foi apresentado na dissertação do presente autor, não se trata de diminuir o mal que essas febres geraram para as pessoas do período, mas sim em questionar as interpretações que superdimensionaram essas doenças para explicar processos mais amplos.

A outra abordagem equivocada é caracterizada pelo anacronismo. Isso porque a temática das “febres do Macacu”, que ocorreram entre os anos de 1829 e 1835, é associada à implementação da ferrovia (1860) e da abolição (1888) para dar embasamento à ideia geral de decadência apresentada para Itaboraí. Logo, desvincula-se erradamente as incidências das febres das décadas de 1820 e 1830 da Vila de Santo Antonio de Sá e as introduz na história de Itaboraí no contexto da segunda metade do século XIX. Essa abordagem foi iniciada na década de 1950 com a publicação, da já citada, “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros” produzida pelo IBGE.

Outra contribuição que a citada dissertação de mestrado buscou proporcionar para a desconstrução da generalização de crise para Itaboraí no século XIX, foi a análise da implementação da Estrada de Ferro de Cantagalo em etapas de sua construção para mostrar que essa iniciativa gerou, a princípio, consideráveis ganhos para os moradores e para os comerciantes de Porto das Caixas.

Foi apenas com o prolongamento da ferrovia para Vila Nova (Itambi), em 1866, que o Porto das Caixas perdeu sua condição de entreposto comercial e principal centro comercializador da região. Do início das obras da ferrovia (1857) à finalização do prolongamento para Vila Nova (1866), Porto das Caixas obteve um fluxo de capital expressivo. Portanto, ao contrário do que afirmou Alberto Ribeiro Lamego, a perda da condição de intermediário entre as áreas produtoras do interior e os portos do Rio de Janeiro não foi imediata, mas sim resultante da expansão da malha ferroviária.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ato de conhecer e analisar a produção escrita apresentada neste artigo, inserindo-a no contexto em que foi produzida, se tornou um pressuposto teórico essencial para a elaboração de uma análise da historiografia de Itaboraí, caracterizada por uma perspectiva que explicita a relevância do desenvolvimento de obras que busquem romper com os reducionismos e as generalizações presentes em diversas obras locais influenciadas pela historiografia tradicional positivista. Demonstrou-se que o rompimento da escrita da História de Itaboraí pela perspectiva da decadência baseada no “tripé” das febres, ferrovia e abolição é essencial para a ampliação de estudos locais que considerem o reconhecimento de processos mais amplos caracterizados pelas transformações de caráter mais geral e conectados às conjunturas internas de Itaboraí.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO GEOGRÁFICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1964-1965). Rio de Janeiro: IBGE, n. 16, 1965.

BOSISIO, Rafael de Almeida Daltro. **Entre o escritor e o historiador: a história do Brasil imperial na pena de Joaquim Manuel de Macedo**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: https://cutt.ly/disertacao_ufrj1. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. Decreto de 15 de janeiro de 1833. **Coleção das Leis do Império do Brasil**. RJ: Typographia Nacional, p. 28, 1873. Disponível em: https://cutt.ly/leis_imperio1. Acesso em: 9 ago. 2024.

COSTA, Gilciano Menezes. **A escravidão em Itaboraí: uma vivência as margens do rio Macacu (1833-1875)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: https://cutt.ly/dissertacao_uff. Acesso em 20 ago. 2024.

COSTA, Gilciano Menezes. A produção de café na Vila de São João de Itaboraí e sua comercialização em Porto das Caixas (1833-1875). **Revista Cantareira**, Niterói, n. 32, p. 73-93, jan./jun. 2020. Disponível em: https://cutt.ly/revista_cantareira. Acesso em: 16 ago. 2024.

COSTA, Gilciano Menezes. A Vila de Santo Antonio de Sá: configuração político-territorial (1697-1877). In: ENCONTRO INTERNACIONAL E ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: HISTÓRIA E PARCERIAS, 18., 2018, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: UFF, 2018. Disponível em: https://cutt.ly/anais_anpuh2. Acesso em: 15 ago. 2024.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Historiografia e a identidade fluminense: a escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950**. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Centro de Ciências Sociais, PUCRJ, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://bitily.me/rgjEY>. Acesso em: 11 ago. 2024.

FERREIRA, Jurandyr Pires (org.). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, 1959. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>. Acesso em: 11 ago. 2024.

FERREIRA, Osvaldo Luiz. **Itaboraí ontem e hoje: síntese histórica**. Itaboraí, RJ: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1992.

FORTE, José Matoso Maia. Vilas fluminenses desaparecidas: Santo Antonio de Sá. In: **Boletim da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro (RJ)** [Revista da Sociedade de Geographia]. Rio de Janeiro, n. 44, p. 35-67, 1937. Disponível em: https://cutt.ly/revista_ibge_1937. Acesso em: 15 ago. 2024.

FRÓES, Vânia Leite (org.). **Programa de Pós-Graduação em História**. Catálogo de teses e dissertações, 1974-1995. Niterói: UFF; Brasília: CNPq, 1996.

ITABORAÍ 150 ANOS (1833-1983): um município perto do mundo. Itaboraí: Prefeitura Municipal de Itaboraí, 1983.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a Guanabara**. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1964. (Setores da Evolução Fluminense). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=213101>. Acesso em: 20 jul. 2024.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a Serra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1963. (Setores da Evolução Fluminense). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227286>. Acesso em: 10 ago. 2024.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Ano Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tipografia e litografia do Imperial Instituto Artístico, 1876. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4097>. Acesso em: 10 ago. 2024.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **O Forasteiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1856. 204 p. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4091>. Acesso: 20 jul. 2024.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **O Rio do quarto**: romance. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1869. 279 p. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3992>. Acesso em: 25 jul. 2024.

MACEDO, Joaquim Manuel de. S. João de Itaborahy. **Ostensor Brasileiro**, Rio de Janeiro, nº 23, p. 179-181, 1845. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700100x&pasta=ano%20184&pesq=&pagfis=203>. Acesso em: 10 ago. 2024.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: significados da liberdade no Sudeste escravista: Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História e região**: tópicos de história regional e local. **Ponta de Lança**, São Cristóvão (SE), v. 1, n. 2, abr./out. 2008.

PREFEITURA DE ITABORAÍ. **Cadernos itadados**. 2. ed. Itaboraí: Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo, 2018. 300 p. Disponível em: https://site.ib.itaborai.rj.gov.br/wp-content/uploads/2024/09/ITADADOS_2018versao_vertical.pdf. Acesso: 10 ago. 2024.

PREFEITURA DE ITABORAÍ. **Cadernos itadados**. Itaboraí: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, 2006. 108 p. Disponível em: https://site.ib.itaborai.rj.gov.br/wp-content/uploads/2024/09/ITADADOS_2006.pdf. Acesso: 15 ago. 2024.

SANTOS, Ana Maria dos. **Vida Econômica de Itaboraí no século XIX**. 1975. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1975.

SANTOS, Renata; RIBEIRO, Marcus Vinicio; LYRA, Maria de Lourdes Viana (org.). **O acervo iconográfico da biblioteca nacional**: estudos de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. (Coleção Rodolfo Garcia, v. 34). Disponível em: https://cutt.ly/fbn_livro1. Acesso em: 11 ago. 2024.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.